

A INVENÇÃO DA VELHA NAÇÃO CIVILIZADORA: PROPAGANDA, POLÍTICA E A “EXPOSIÇÃO DO MUNDO PORTUGUÊS” DE 1940

A.O.TORQUATO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

arthur.torquato@ifrn.edu.br

<https://orcid.org/0000-0003-3847-1230>

Submitted June 5, 2022 - Accepted October 31, 2022

DOI: 10pts.15628/holos.2022.15130

RESUMO

Em 1940 aconteceu em Portugal a Exposição do Mundo Português. A fim de exaltar o Estado Novo, Salazar elaborou diretrizes para aquele que deveria ser um evento de apresentação do governo e seus feitos para o mundo, mais precisamente para os europeus, incluindo portugueses. Esse momento é uma oportunidade para entender como as diretrizes políticas de um Estado autoritário direcionam os discursos oficiais e a propaganda governamental. Através de uma Nota

Oficiosa, Salazar traçou os objetivos do evento, estabeleceu seus interesses e alvos a serem alcançados. Documentos referentes ao período e ao tema indicam de que forma as ações foram orientadas pela política de Estado. A simbiose entre política e propaganda estiveram voltados para criação de uma imagem positiva do Estado Novo salazarista, no intuito de fortalecer a imagem do Regime a partir da organização de um evento grandioso.

PALAVRAS-CHAVE: Propaganda; Política, Salazar, Autoritarismo, Estado Novo.

THE INVENTION OF THE CIVILIZING OLD NATION: PROPAGANDA, POLITICS AND THE EVENT “EXPOSIÇÃO DO MUNDO PORTUGUÊS” OF 1940

ABSTRACT

In 1940, the Exhibition of the Portuguese World took place in Portugal. In order to exalt the Estado Novo, Salazar created guidelines for what should be an event to present the government and its achievements to the world, more precisely to Europeans, including the Portuguese. That moment is an opportunity to understand how the political guidelines of an authoritarian state direct official speeches and government propaganda. Through an Official Note,

Salazar outlined the objectives of the event, established his interests and targets to be achieved. Documents referring to the period and theme indicate how actions were guided by State policy. The symbiosis between politics and propaganda was aimed at creating a positive image of Salazar's Estado Novo, with the aim of strengthening the Regime's image through the organization of a grandiose event.

KEYWORDS: Propaganda, Politics, Salazar, Authoritarianism, Estado Novo.

1. 1940: A INVENÇÃO DE UMA TRADIÇÃO

O ano de 1940 começou atípico. Lisboa passava por uma repaginação urbana concentrada principalmente na área de Belém, ganhando ornamentações, monumentos e prédios grandiosos com apelo visual e sentimental. A magnitude das construções denunciava que ali ocorreria algo ainda não visto até então por lisboetas e demais cidadãos lusitanos. Os festejos não aconteceriam apenas nessas áreas, mas distribuídos por várias cidades do interior do país, cabendo à capital portuguesa o posto de vedete dos festejos durante alguns meses. Estavam lançadas as bases para o maior evento propagandístico até então idealizado pelo Estado Novo salazarista, a *Exposição do Mundo Português*.

Segundo o raciocínio do investigador Fernando Pimenta é possível compreender o Estado Novo português como "um regime autoritário de direita que incorporou um conjunto substancial de elementos do fascismo italiano (sobretudo ao nível do aparato repressivo e da ideologia corporativa), mas cuja matriz política foi principalmente nacionalista-colonial, reacionária (no sentido de antimoderna), conservadora (em termos políticos e sociais) e católica (no sentido clericalista, mas não confessional)". (PIMENTA, 2003, p. 187)

Em apoio às ações promovidas pelo Secretariado da Propaganda Nacional (SPN), os órgãos de imprensa oficiais noticiavam sobre esta cerimônia "ter constituído um acontecimento artístico sensacional e uma afirmação de originalidade – porque foi diferente de todas as grandes Exposições" (PORTUGAL, 1940, p. 24). Levando em consideração que as grandes exposições mundiais, desde ao menos o século XIX, exalavam um caráter cosmopolita e moderno, a organização dos festejos fazia questão de evidenciar seu caráter patriótico, sendo lembrada como um movimento de "continuidade do poder criador nacional e a faculdade extraordinária dos portugueses que, mais uma vez, afirmaram a sua magnífica tendência de improvisadores e, como diz agora, de realizadores". (PORTUGAL, Idem)

Diferente das famosas Exposições Universais, não havia a intenção de se apresentar para o mundo a capacidade produtiva, industrial, cosmopolita e capitalista de Portugal, características singulares das Feiras internacionais realizadas por países industrializados desde o século XIX. Foram exemplos as Exposições realizadas nas cidades de Paris, Filadélfia, Londres e Berlim, importantes cidades industrializadas de países que, dentre outros, buscavam apresentar ao mundo seus respectivos graus de imersão na cultura cosmopolita advinda dos avanços tecnológicos da Revolução Industrial e do processo civilizatório Ocidental.

Essas potências procuravam demonstrar suas capacidades urbanísticas, industriais e culturais consonantes com o melhor da tradição burguesa vigente na América do Norte e Europa. As Feiras Universais eram verdadeiras odes à Belle Époque e, com bastante segurança, é possível afirmar: essa não foi a intenção portuguesa com a *Exposição do Mundo Português* de 1940, mas sim reforçar o caráter nacionalista do governo salazarista.

Evidenciando o caráter nacionalista da propaganda oficial, o evento de 1940, bem como as redes estabelecidas em seu entorno, demonstram a operacionalização de uma política cultural organizada pelo aparelho estatal salazarista. De forma engendrada, a fim de fortalecer uma ideia de unidade nacional, em 1938 a Presidência do Conselho de Portugal, tendo Salazar como seu chefe maior, resolveu instaurar uma comissão incumbida de organizar e produzir uma série de

festejos e atividades intelectuais a serem realizados no decorrer de 1940. Tais comemorações teriam como marcos os marcos de 1140 e 1640, sendo efemérides referentes à independência portuguesa, contada a partir do momento no qual D. Afonso Henriques se proclamou rei pela primeira vez, e o ano da Restauração, quando Portugal restabelece sua unidade política, após anos de dominação do Rei de Espanha, em período tradicionalmente conhecido como União Ibérica.

Para organização das atividades, constituiu-se uma “Comissão dos Centenários”, presidida pelo escritor e oficial das Forças Armadas, Júlio Dantas, subordinado ao Secretariado da Propaganda Nacional (SPN), chefiado pelo homem forte das comunicações, o escritor António Ferro. Essa Comissão ficou responsável por todos os preparativos, convites, logísticas, obras, cerimônias governamentais, enfim, organizar e executar os detalhes para os festejos que ocupariam todo segundo semestre de 1940. Oficialmente denominada Exposição do Mundo Português, o evento elencou e lembrou momentos marcantes e heroicos da história oficial lusitana. Os elementos simbólicos foram pensados sob um viés político pelo departamento propagandístico salazarista, explicitados através de Nota Oficiosa emitida pela Presidência do Conselho, em março de 1938.

Diante disso, nosso objetivo é analisar a comissão organizadora da *Exposição do Mundo Português* procurando entender a simbiose entre narrativa histórica, as intenções políticas do Estado Novo e os homens de ação ligados à propaganda salazarista entre 1938 e 1940. Para tal, consideramos o contexto histórico, os agentes e as instituições envolvidas com a organização da festividade, fazendo uso das documentações produzidas no período.

1.1. A Exposição do Mundo Português e os mitos fundantes do Estado Novo

Entender as bases e as práticas políticas do governo português, bem como isso se refletiria nas ações dos sujeitos incumbidos de promover a propaganda oficial auxilia a compreensão do período. No caso específico, tanto os elementos envoltos na organização da *Exposição do Mundo Português* quanto o discurso acerca do evento, estavam baseados nos chamados “mitos fundamentais” do projeto de poder salazarista. Tais mitos são tomados como características centenárias da sociedade portuguesa, sendo explorados demasiadamente pela propaganda oficial. Para o historiador Fernando Rosas estas características foram apropriadas pelo Secretariado de Propaganda Nacional (SPN) sob a liderança de António Ferro e explorados nas campanhas publicitárias do Governo.

A concepção nacionalista do Estado Novo é peculiar e muito específica do caso português. Em amplo estudo, Fernando Rosas aponta como o Estado Novo pautou suas ações a partir do que denominou “mitos ideológicos fundadores”, os quais explicariam a essência nacional do regime salazarista e o *modus operandi* da propaganda oficial.

Em essência, os mitos foram os pilares tanto da propaganda quanto dos discursos oficiais promovidos pelo Regime salazarista, considerando a relação política, religião e nacionalismo como práticas indissociáveis, algo amplamente difundido pelos órgãos oficiais de imprensa e membros pertencentes à estrutura governamental. Na análise de Rosas, o primeiro a ser destacado é o mito palingenético, ligado à ideia de recomeço, “da «Renascença portuguesa», da

«regeneração» operada pelo Estado Novo, interrompendo a «decadência nacional» precipitada por mais de cem anos de liberalismo monárquico e do seu paroxismo republicanista”. (ROSAS, 2001, p. 1034)

A concepção de regeneração esteve presente em boa parte das propagandas autoritárias ativas pela Europa durante a década de 1930. À República e ao liberalismo foram atribuídos os males econômicos e políticos do entre guerras, discussão contemplada por historiadores como Tony Judt, ao lembrar que:

Os desastres ocorridos nas décadas do período entre as duas guerras mundiais — as oportunidades desperdiçadas depois de 1918, a grande depressão que se seguiu à quebra da Bolsa de Valores, em 1929, o sofrimento do desemprego, as desigualdades, injustiças e deficiências de um capitalismo laissez-faire que conduziu tantos indivíduos à tentação do autoritarismo, a indiferença descarada de uma elite arrogante e a incompetência de uma classe política incapaz —, tudo isso parecia interligado pelo fracasso total da tentativa de melhor organização da sociedade. Se a democracia haveria de funcionar, se a democracia haveria de recuperar o seu apelo, precisava ser planejada. (JUDT, 2008, p. 115)

No cotidiano, circulava intensa propaganda remetendo aos séculos XII e XVII, períodos nos quais a historiografia oficial relembra feitos heroicos e era reconhecido por seus vizinhos europeus. Com base nesse raciocínio, a *Exposição do Mundo Português* restabeleceu uma relação entre os momentos áureos da história tradicional lusitana e o período de efervescência do Estado Novo Português. Não por acaso, ao ressuscitar 1140 e 1640, António Ferro buscou fortalecer os discursos de reconquista, de ressurgimento de uma pretensa nacionalidade lusitana, numa tentativa de desqualificar a República anterior ao Estado Novo.

Ainda em 1931, Salazar afirmou a importância de se estabelecer “um nacionalismo político, econômico e social, bem compreendido, dominado pela soberania incontestável do Estado forte em face de todos os componentes da Nação” (SALAZAR, 1961, p. 61). Percebe-se a intenção de restabelecer o discurso nacionalista para justificar ações do presente, baseadas em um pretense passado glorioso do nacionalismo lusitano. Reproduzir uma concepção de nação atrelada a uma estrutura hierárquica, conservadora e autoritária, na qual “o conceito de Nação esteve na ‘raiz e origem’ de toda a teoria e prática política do período” (RAMOS DO Ó, 1999, p. 19), passando a ser o mote da propaganda oficial.

Nesse sentido, a reestruturação de Portugal ocorreria por meio da renovação nacionalista, levando ao segundo mito sustentador do discurso estadonovista: o mito do novo nacionalismo. Nele,

Estado Novo não seria mais um regime na história política portuguesa; era o retomar do “genuíno” curso da história pátria, fechado que fora, pela revolução nacional, o parêntesis obscuro desse século antinacional, quase a-histórico, do liberalismo. O Estado Novo surgia, assim, como a institucionalização do destino nacional, a materialização política no século XX de uma essencialidade histórica portuguesa mítica. Por isso, ele cumpria-se, não se discutia; questioná-lo era negar a nação. O célebre slogan «Tudo pela

Nação, nada contra a Nação» resume, no essencial, este mito providencialista. (ROSAS. Idem)

O trecho revela o caráter autoritário das intenções salazaristas. Os eventos de 1940 estabeleceram dois marcos do seu passado, tomados como momentos de apogeu e que, segundo seus idealizadores, foram responsáveis pelas bases do Estado Nacional português. A escolha de 1140 estaria baseada no fato de Portugal ter expulsado os mouros da Europa na medida que recuperavam seu território em nome da fé católica e fundavam o nascimento de um novo Portugal. Ainda, de acordo com a propaganda oficial foi esse o momento de nascimento do Estado Nacional português, o que possibilitou séculos mais tarde se tornar uma das primeiras nações do Velho Mundo a promover a expansão do território além-mar, feito até hoje rememorado nos livros didáticos de História como o “pioneirismo português na Expansão Marítima”, lema sacralizado pela literatura de Luís de Camões.

Segundo critério semelhante, o ano de 1640 (fim da União Ibérica) como um marco da história nacional faz com que a propaganda nacionalista visibilizasse uma ideia de resgate, como já explicitado há pouco. A retomada do território sob domínio espanhol foi narrada como um momento heroico, de reconquista e reafirmação do Estado Nacional português. Na prática, ao se referir a esse período, a propaganda buscou reforçar um discurso ufanista, de um Portugal para os portugueses, reforçando a característica nacionalista do movimento e trabalhando com o brio da população. Dessa maneira, o “mito nacional” estaria em consonância com o “mito palingénético”, ambos colaborando com o ressurgimento de um país “forte”, retomando, consequentemente, a ordem perdida durante sua fase liberal e republicana.

Percebe-se no material publicado à época uma intensa propaganda baseada na ideia de grandeza, de recuperação de um Estado Nacional vigoroso e centralizado, criando uma ligação direta com o terceiro mito, um dos mais propagados durante o governo salazarista: o fortalecimento de um estado imperial. A medida visava justificar a colonização lusitana em vários continentes ainda no século XX.

O “mito imperial” estava relacionado não só a uma pretensa tradição de conquistas territoriais promovidas no período da expansão marítima, como também à justificativa para manutenção da política colonial do Estado Novo, previsto no “Acto Colonial de 1930”. Segundo Rosas, “assim se compreende que deste mito imperial se deduza como dogma indiscutível a ideia da nação pluricontinental e plurirracial, una, indivisível e inalienável. E teríamos, assim, nesta sistematização, uma primeira vocação, que seria a vocação imperial da nação” (ROSAS, Fernando. Ibid. p. 1035).

O “Acto Colonial de 1930” foi posteriormente incorporado à Constituição de 1933 e seu conteúdo ajuda na compreensão do mito imperial. Nele, o artigo 3º define: “1. Os domínios ultramarinos de Portugal denominam-se colónias e constituem o Império Colonial Português. 2. O território do Império Colonial Português é definido nos n. os 2.º a 5.º do artigo 1.º da Constituição”. Em complemento, a Constituição de 1933 passava a definir:

Artigo 1º

O território de Portugal é o que actualmente lhe pertence e compreende:

- 1º – Na Europa: o Continente e Arquipélagos da Madeira e Açores;
 - 2º – Na África Ocidental: Arquipélago de Cabo Verde, Guiné, S. Tomé e Príncipe e suas dependências, S. João Baptista de Ajudá, Cabinda e Angola;
 - 3º – Na África Oriental: Moçambique;
 - 4º – Na Ásia: Estado da Índia e Macau e respectivas dependências;
 - 5º – Na Oceania: Timor e suas dependências
- único – A Nação não renuncia aos direitos que tenha ou possa vir a ter sobre qualquer outro território.

Percebe-se que as colônias portuguesas são consideradas extensões territoriais, afastando qualquer autonomia que elas podiam vir a ter frente à metrópole. Economicamente, Portugal dependia das produções coloniais e reforçava, corriqueiramente, a permanência lusitana sobre suas colônias. A manutenção da política colonial associada às práticas nacionalistas e imperialistas europeias foi alvo de uma investigação do historiador Mark Mazower.

Buscando entender a ideia imperialista nazista, Mazower afirma que “impérios ultramarinos europeus dificilmente poderiam ser considerados, eles mesmos, exemplos brilhantes da abordagem inclusiva de Bacon” (MAZOWER, 2013, p. 44), o qual por sua vez acreditava que a função dos impérios seria a de integrar as nações atrasadas ao processo civilizatório em curso pelas potências mundiais. Essa premissa foi vista como indiscutível pelo discurso estadonovista, colocando Portugal como um ente fundamental na inclusão das colônias africanas no processo civilizatório mundial.

Entretanto, o discurso não condizia a essa realidade; “fora da Europa, regimes de exclusão em geral haviam sido construídos durante um longo período de tempo, em sociedades em grande medida ainda rurais” (MAZOWER, Idem), característica essa que se aplica a boa parte das colônias lusitanas ultramarinas, conquistadas durante o período das grandes navegações, mas ainda sob domínio político e administrativo de Portugal, sem esboçar desenvolvimento econômico e social autônomo significativo para as colônias. A política colonial lusitana, em sua essência, objetivou suprir as demandas econômicas da metrópole.

Aliás, a propaganda e as ações alimentavam um outro mito, invariavelmente reforçado pelo discurso político estadonovista: o “mito da ruralidade”, fundamentado na concepção de Portugal enquanto uma nação formada essencialmente por uma população rural, fadada a esse destino e que assim deveria seguir suas origens. Embora a ruralidade fosse uma realidade das colônias lusas, o mito rural fazia parte do arsenal ideológico estatal, em uma tentativa de resgatar um passado de tradição camponesa, das origens do “ser lusitano”, “uma ruralidade tradicional tida como uma característica e uma virtude específica, donde se bebiam as verdadeiras qualidades da raça e onde se temperava o ser nacional” (ROSAS, 2001, p. 1035).

O “mito da ruralidade” ajudaria a explicar outro, o da “pobreza honrada”, na qual, devido ser campestre e conseqüentemente possuir, segundo Salazar, “uma vocação de pobreza” (ROSAS, Idem), Portugal estava fadado a ser pobre, algo positivo, pois revelava, para António Ferro, a alma de um povo com “ausência de ambições doentias” (ROSAS, Idem). O discurso trabalhava no intuito de construir Portugal como uma Nação de pessoas simples que pouco

necessitavam para viver, de um povo disposto a suportar as dificuldades em troca de um país forte e renovado.

O corporativismo foi uma característica indelével dos regimes autoritários da primeira metade do século XX, fosse pela forma de interposição junto às classes trabalhadoras – como interferências nos sindicatos – ou pela representação dos interesses de grupos organizados. Surge daí o “mito da ordem corporativa”. De certa forma, sua prática ocorria de maneira sistêmica tendo o Estado como articulador e fomentador das questões políticas, trabalhistas, bem como de problemas de natureza social.

O historiador António Costa Pinto lembra que o corporativismo “imprimiu uma marca indelével nas primeiras décadas do século XX, tanto como um conjunto de instituições criadas pela integração forçada de interesses organizados (principalmente sindicatos independentes) no estado, quanto como um tipo “orgânico-estatista” de representação política alternativa à democracia liberal” (PINTO, 2014, p. 18). Na prática, as inspirações corporativistas foram utilizadas como preceitos por grupos e instituições, como “os partidos conservadores, os radicais de direita e os fascistas, sem mencionar a Igreja Católica Romana e as opções de “terceira via” de segmentos das elites tecnocráticas”. (PINTO, 2014, Idem)

Além do salazarismo, o corporativismo foi uma forma de articulação política do Estado com os representantes de classes “da Itália, de Benito Mussolini, e a Áustria, de Engelbert Dollfuss, passando direto para os novos estados bálticos, onde criaram instituições para legitimar seus regimes” (PINTO, 2014, p. 18). Inspiradas nos modelos europeus, países da América Latina e Ásia também se utilizaram do corporativismo como estratégia de manutenção da ordem estatal, “especialmente no Brasil de Getúlio Vargas e na Turquia” (Idem).

A propaganda utilizou largamente o mito da “ordem corporativa” em suas peças publicitárias: o Estado Novo garantiria as melhorias econômicas e sociais necessárias a partir do combate ao liberalismo que assolava a Europa e, a população, reconheceria a necessidade de um Estado centralizador e hierárquico para combater crise econômica do entreguerras. Segundo Rosas, o mito da ordem corporativa

comportava, no discurso propagandístico dos ideólogos e teorizadores do regime, simultaneamente, uma certa visão infantilizadora do povo português, gente conformada, respeitadora, doce, algo irresponsável e volúvel, mutável nas suas opiniões, sonhadora, engenhosa, mas pouco empreendedora, obviamente insusceptível de ser titular da soberania ou fonte das grandes decisões nacionais, necessitada, portanto, como coisa natural e naturalmente aceite, da tutela atenta mas paternal do Estado. [...] O reencontro do Estado com a solução orgânica, corporativa e antiliberal permitia, assim, revelar outra vocação da essencialidade portuguesa: uma vocação de ordem, de hierarquia e de autoridade natural. (ROSAS, 2001, p. 1036)

Chegamos ao mito que deu sustentação à boa parte do discurso estadonovista propagado e difundido pelo SPN: o “mito da essência católica da identidade nacional”. Não seria difícil interpretá-lo. Por ele, Portugal seria desde tempos imemoriais uma nação tradicionalmente católica por vocação. A formação da identidade e do Estado Nacional estaria atrelada a uma alma católica, algo explicitado nas falas oficiais. Para evidenciar a intencionalidade destes, Fernando

Rosas faz referência a dois momentos nos quais se destacam essa vontade em incorporar uma ética cristã à formação do Estado português.

Separando as águas quanto a este assunto, diria Gustavo Cordeiro Ramos num texto de 1936: «Sob o disfarce do laicismo fez-se uma obra criminosa, anti-social e antipatriótica de descristianização [...] A religião tem de ser considerada uma necessidade do Estado [...] A ordem nova, com os seus conceitos dominantes de autoridade e de nação, só se compreende admitindo uma ordem superior. É inaceitável sem a ideia e a prática de Deus.» Esclarecia ainda Carneiro Pacheco na sequência deste raciocínio: «Uma coisa é a separação do Estado e da Igreja que a Constituição de 1933 mantém, outra o espírito laico que é contrário à Constituição, à ordem social, à família e à própria natureza humana. Muito pior do que a treva do analfabetismo num coração puro é a instrução materialista e pagã que asfixia as melhores inclinações». (ROSAS, 2001, p. 1036)

É notória a defesa do cristianismo como característica natural da sociedade, devendo a ética cristã fazer parte da formação social e moral dos cidadãos portugueses. Existe aí uma relação entre tradição e identidade lusitana, formada a partir das conexões com a Igreja Católica desde pelo menos a constituição do Estado Nacional (vide a exaltação da vitória cristã sobre os mouros na península Ibérica no século XII), passando pela própria índole do povo português, visto nesse caso como herdeiro na defesa das tradições da Igreja Romana.

Desassociar o Regime dos ideais católicos parecia ser uma tarefa que não interessava a Salazar tão pouco à manutenção do Estado Novo português: ao contrário, fazia-se necessária uma aliança sólida com o Alto Clero da Igreja. Dessa forma, corriqueiramente Salazar expressava em público a defesa dos interesses e da ética cristã como um dos pilares fundadores e formadores da identidade nacional portuguesa. Não à toa eram constantes a presenças de líderes religiosos junto a Salazar em eventos oficiais, transmitindo uma imagem de solidez e cumplicidade política entre Estado e Igreja.

Portanto, e finalmente, uma vocação religiosa, cristã e católica da nação portuguesa. Salazar resumiria esta axiologia ao proclamar, no célebre discurso do ano X, durante as comemorações do 10º aniversário do «28 de Maio», em Braga, as «verdades indiscutíveis» da revolução nacional. «Não discutimos», dirá ele, «Deus e a virtude», não discutimos a «Pátria e a sua História», não discutimos a «Autoridade e o seu prestígio», «a Família e a sua moral», «o trabalho e o seu dever». (ROSAS, 2008, p. 35)

A anuência da Igreja Católica e de seus membros na estrutura do Governo foi fundamental para legitimar o modelo político adotado para Portugal. No início dos anos de 1930, as relações entre a Igreja e Salazar não estavam totalmente em sintonia devido à dissolução do Partido do Centro Católico, fato ocorrido após a consolidação do Estado Novo. Em fins dessa mesma década, ambos, Igreja e Salazar, atingiram seu momento áureo, parceria consolidada durante os eventos de 1940. Não por acaso, a Cúria ocupou um papel fundamental nos festejos da *Exposição do Mundo Português*. Nos discursos, a união era reforçada em eventos públicos, de grande apelo popular e de impacto visual. Como relatado há pouco, as autoridades estatais e eclesiásticas passaram a dividir, com frequência, os flashes e as posições centrais durante as

aparições públicas, algo que passou a ser mais recorrente quando da organização da Exposição. António Costa Pinto lembra que em 1940,

a concordata veio coroar esse compromisso entre Igreja e Regime, regulamentando o que a prática de colaboração estreita já vinha fazendo. O último ponto da legislação republicana a ser abolido com a concordata foi o divórcio, doravante proibido para casamentos religiosos. Pouco tempo depois uma revisão da constituição incluía já a religião católica como ‘religião da nação portuguesa’”. (PINTO, 2007, p. 36)

Postos em prática por António Ferro e sua SPN, os mitos do Estado Novo, dariam, como afirmaria Salazar, “a possibilidade de se reconstruir (...) e recuperar (...) o seu ascendente da formação da alma portuguesa”, e a Igreja, como afirmou Pio XII, apontou o exemplo português como modelar, onde “o Senhor deu à nação um chefe de governo exemplar” (PINTO, 2007, p. 36). Operava-se assim através da propaganda oficial a simbiose entre os *mitos portugueses*, reforçando a união entre as concepções de identidade, estado, nacionalismo e catolicismo. Os discursos proferidos em âmbito político e/ou propagandístico passaram a operar sistematicamente na exploração dessa união como o cerne da *cultura original lusitana*.

No decorrer da *Exposição do Mundo Português* esses elementos míticos apareceram com frequência nos mais diferentes formatos; visuais, escritos, falados. Os discursos estavam em sintonia com o propósito de legitimar as ações do Estado Novo, algo pensado politicamente e orquestrado de cima para baixo, um movimento vertical buscando alcançar as esferas sociais. Ações políticas foram orientadas e postas em prática a partir de uma *Nota Oficiosa* escrita pelo presidente do Conselho, Salazar, costurando os acordos, os alvos e os objetivos das cerimônias nas quais os organizadores deveriam estabelecer suas bases de atuação.

O ano de 1940, além de coincidir com efemérides marcantes da identidade tradicional lusitana, marcava um momento de forte apelo popular pelo Estado Novo, momento propício à vista do SPN, devendo ser explorado de forma ampla e exaustiva pela propaganda de massa durante os festejos. Sobre a realização da Exposição, Júlio Dantas – intelectual e presidente da Comissão dos Centenários – afirmou categoricamente em nome da Comissão dos Centenários: “Não nos limitaremos a contribuir para o êxito oficial das comemorações de 1940; vamos procurar, quanto em nós caiba, assegurar a unidade da sua expressão nacional” (DANTAS, 1939, p. 2). Em outras palavras, Júlio Dantas deixava clara a intenção de fazer valer na prática o objetivo traçado em 1938, a partir das diretrizes determinadas por Salazar: consolidar o Estado Novo a partir das ideias de império, unidade e hierarquização estatal.

1.2. A Nota Oficiosa de 1938 e as diretrizes políticas para a Exposição de 1940

No ensejo de estabelecer uma comunicação junto à população, dirigir ordenamentos para ministérios e demais expedientes, a *Presidência do Conselho* emitia despachos por meio das chamadas *Notas Oficiais*. Os documentos traziam a posição oficial do Governo acerca de alguma demanda de caráter interno ou externo. Em março de 1938, Salazar divulgou uma *Nota Oficiosa*

orientando todos os setores que compunham o Governo, numa mobilização total em torno de um evento nacional de proporções nunca vista no país.

A extensa *Nota Oficial* foi composta por treze pontos, traçando metas, objetivos, público-alvo, interesses diplomáticos, políticos, internos e externos. Por ora, foquemos na intencionalidade propagandística do documento, ou seja, as intenções do regime em construir sua imagem perante o público português, bem como as estratégias e os direcionamentos políticos para essas ações a nível local e mundial.

Inicialmente, a *Nota Oficial* trouxe dois pontos centrais já na introdução do documento, quando elabora uma justificativa histórica para a organização dos festejos de 1940. Logo de início, Salazar ressuscita efemérides tradicionais da história lusitana:

No ano que vem – 1939 – pode dizer-se que faz oitocentos anos Portugal, contada sua independência desde que D. Afonso Henriques se proclamou rei pela primeira vez. Em 1940 passa por seu turno o terceiro centenário da reafirmação [...]. Entendeu-se que seria bem celebrar solenemente nos dois próximos anos as referidas datas, fundidas no mesmo significado de independência nacional e constituindo, portanto, um ciclo único de comemorações. (PORTUGAL, 1939, p. 2)

O uso de cerimônias históricas, tal qual aparece na *Nota Oficial*, faz lembrar a concepção de “história monumental” discutida por Nietzsche em seu texto clássico, “II Consideração Intempestiva sobre a História”, ao tratar da utilidade e os inconvenientes da História para a vida. De forma crítica, analisou a dupla finalidade da história monumental: recordar momentos gloriosos e legitimar o presente por meio de feitos heroicos. A intenção da narrativa memorialística segue quase sempre um roteiro pré-estabelecido, buscando justificar as ações de sujeitos ou grupos do presente a partir de um passado, muitas vezes imemorial e longínquo. Segundo Nietzsche,

Acreditar que os grandes momentos das lutas dos indivíduos formam uma cadeia contínua, que eles ligam ao longo de milênios os píncaros da humanidade, que o apogeu deste instante já há muito tempo terminado está diante dos seus olhos ainda vivo, grandioso e luminoso – esta é a ideia fundamental da fé na humanidade que exprime na exigência de uma história monumental. (NIETZSCHE, 2005, p. 84)

A exaltação de uma história monumental está posta na *Nota Oficial* de 1938. Nela, Salazar incorpora a ideia de um passado glorioso, no qual “ter oito séculos de idade é caso raro ou único na Europa e em todo o Mundo, sobretudo se para a definição da identidade política se exigir o mesmo povo, a mesma Nação, o mesmo Estado”, com um presente no qual o povo português precisa de “um tônico de alegria e confiança em si, através da evocação de oito séculos da sua História, que foram simultaneamente oito séculos da História do Mundo, e através da solidez e eternidade da sua independência” (PORTUGAL, 1939, p. 2). Como visto, Salazar justifica o presente como uma marcha contínua dos feitos gloriosos do passado nacional.

Com retórica apologética, a *Nota Oficial* evidencia seu caráter propagandístico bem como trata de dar amparo às ações de Salazar com base em uma história monumental, pensada

de forma cuidadosa pelo círculo político estadonovista. Tenta-se com isso criar uma relação de identidade lusitana baseada na concepção de uma nacionalidade centenária e inabalável capaz de resistir aos tormentos liberais da República, tal qual se resistiu aos mouros e aos “invasores” espanhóis. A manutenção do sentimento nacionalista estaria garantida com um tônico de alegria e confiança promovido pelo regime regenerador, um Estado “Novo”, empenhado em recuperar e fortalecer o sentimento patriótico do povo português corroído pelo liberalismo do Pós-Guerra.

O feito tendencioso e promocional está exposto na *Nota Oficial*. As obras e as ações postas em prática para a realização da *Exposição do Mundo Português*, levaram “os serviços públicos e particulares a acelerar o ritmo da sua atividade, com o intuito de afirmar a capacidade realizadora de Portugal, os seus serviços à civilização e o contraste entre os nossos recursos sempre diminutos e os resultados obtidos tantas vezes admiráveis” (PORTUGAL, 1939, p. 3). Percebe-se como a orientação política do evento objetivou criar um clima positivo dentro do país, a imagem de um Estado Novo capaz de, com diminutos recursos, manter a tradição nacional e o imperialismo empreendedor do passado como base para a prosperidade da nação.

Aliado ao interesse da comoção interna, a *Exposição do Mundo Português* transmitiria para a comunidade internacional um recado: Portugal merece um lugar de destaque no cenário mundial, dado seus esforços colonizadores capazes de levar o processo civilizador a nações subdesenvolvidas. Com isso, o mundo passaria a ver “com a clareza da evidência aos nossos próprios olhos e aos olhos de estranhos que Portugal, Nação Civilizadora, não findou e continua, pelo contrário, a sua alta missão no Mundo” (PORTUGAL, Idem). Era imperativa a necessidade do Estado Novo em marcar sua presença no cenário europeu e mundial, no contexto político das décadas de 1930 e 1940.

Mesmo com o aumento industrial iniciado na década de 1840, Portugal continuava a ser um país com baixa participação no mercado mundial e com discreta atuação na economia europeia, visto permanecer como “um país predominantemente agrícola até meados do século XX. Compreende-se que fosse ainda possível ao Estado Novo, até à Segunda Guerra Mundial, defender como modelo o equilíbrio entre interesses agrários e industriais”. (PEREIRA, 2000, p. 233)

A necessidade de demonstrar ao mundo um “novo Portugal” incorporava-se como um dos objetivos da *Exposição do Mundo Português*. Em seu texto, Salazar se dirige às nações do mundo para se unirem a Portugal durante seus festejos, em um esforço de colocar Portugal como uma nação civilizadora, assim como suas coirmãs europeias.

Não é preciso dizer que os centenários, como grande festa da família, não interessam só à capital, a província, as ilhas, todos os domínios têm de participar nela. E não só nós. Tratando-se de acontecimento invulgar, não é ambiciosa a esperança de que países estrangeiros queiram ter a gentileza de se associar às comemorações festivas pelas muitas formas por que pode render-se homenagem a uma velha nação civilizadora ou cooperar-se no brilhantismo de uma solenidade. (PORTUGAL, 1939, p. 3)

Na programação oficial, a vinda de delegações estrangeiras aparecia como ambição central do Governo. O objetivo era criar um ambiente no qual Portugal se apresentasse ao mundo como uma nação moderna, promotora do desenvolvimento das suas colônias. Não por

acaso, o Brasil seria o convidado principal do evento, sendo apresentado ao mundo como um exemplo eficaz da política civilizatória portuguesa. Ao esperar a visita de estrangeiros durante as comemorações de 1940, o Salazar ambicionava reverter a imagem de um Portugal atrasado, quase rural em princípios do século XX, em um país próspero e com infraestrutura modernizada.

Com relação aos gastos públicos com as obras públicas, estes seriam justificados não só como necessárias para o recebimento das nações convidadas, mas também como um legado deixado para a população lisboeta e de demais regiões, beneficiadas com a modernização de equipamentos públicos. Sobre este ponto e a Nota Oficiosa afirmara:

[...] não há dúvida de que tais solenidades terão – nós desejamos que tenham – repercussão internacional. Por dever, por curiosidade, por interesse, muitos estrangeiros visitarão Portugal [...] há um mundo de coisas, pequenas umas, outras grandes, que têm aqui lugar: o melhoramento das estações ferroviárias fronteiriças, a construção de uma estação marítima, pelo menos, no porto de Lisboa; o aeródromo da Portela de Sacavém; algumas, se não todas, as estradas de acesso imediato à capital, com o qual se completariam ou arredondariam passeios de grande comodidade e beleza [...]. (PORTUGAL, 1939, p. 4)

Como se percebe, havia uma grande ansiedade pela criação de um ambiente positivo para a gestão governamental do país. Poderia até haver a intenção de uma repercussão da Exposição como previa a *Nota Oficiosa*, mas, o início da Segunda Guerra Mundial em 1939 ofuscou sobremaneira qualquer intenção de divulgação ou mesmo participação em massa de estrangeiros na Exposição de 1940. Em momento de agitação política, militar e social, a Europa não possuía qualquer clima para festejos nem existia possibilidade de movimento em massa de civis entre as fronteiras dos países, ou em direção a Lisboa. A festa foi sepultada pela maior tragédia humana do século XX.

Amparado sobre as imagens “das figuras centrais daqueles dois grandes factos históricos – D. Afonso Henriques e D. João IV –”, o departamento propagandístico estadonovista trabalharia – como o fez – em um esforço de associar Salazar como elo de continuidade (devidamente revestido de um aparato acadêmico e modernizante) dos grandes feitos históricos do passado. No entanto, ao finalizar a Nota Oficiosa, Salazar demonstra uma inquietude referente a um certo espírito de tristeza e maldade (atribuído à oposição ligada aos movimentos políticos progressistas) que ainda pairava sobre a população portuguesa, ao afirmar:

E vamos ver se, dominados por tão alta e bela ideia, não expulsaremos de nós o espírito da tristeza e do mal, a fim de nos prepararmos para festanejar [sic] condignamente – o que raros poderão fazer – oito séculos de independência, quer dizer, de vida livre e de trabalho intenso, em grande parte desinteressado e a favor dos outros povos da Terra. (PORTUGAL, 1939, p. 7)

No intuito de combater o clima de desconfiança, a organização dos festejos deveria ficar a cargo de uma divisão capaz de promover e divulgar as ações governamentais a partir de um

conjunto de medidas propagandísticas a qual dependia invariavelmente de um departamento para se desenvolver e voltar a ser reconhecida pela comunidade mundial.

Mesmo com a Guerra em andamento, muitos números da *Revista dos Centenários* trouxeram, ao seu final, um apanhado de como as notícias da Exposição estavam repercutindo pelo mundo. Quase sempre eram notas pequenas, vindas em coluna intitulada “Notas Várias” (ou mesmo soltas, sem vinculação a nenhuma base), na qual se reproduzia na íntegra, notícias saídas em periódicos internacionais, principalmente dos brasileiros sediados no Rio de Janeiro.

Portanto, fazia-se necessário construir e reforçar durante as festividades a ideia de infalibilidade do líder nacional, fundamental numa sociedade que buscava o retorno de uma organização hierárquica para recuperar a nação do período liberal pelo qual passara durante sua fase republicana. Para cumprir esse desígnio, coube ao Secretariado da Propaganda (SPN), sob a liderança de António Ferro, os preparativos para o que viria a se immortalizar na memória lusitana como a “Comemoração do Duplo Centenário” ou “Exposição do Mundo Português”.

Por si só, a escolha do SPN e de Ferro, como liderança central e de Júlio Dantas na *Comissão dos Centenários*, denota a intenção propagandística do evento. Coube à máquina de propaganda e seus efetivos pôr em prática os desígnios traçados por Salazar na *Nota Oficiosa* de março de 1938. A seleção de um grupo de letrados e homens de ação atuaria nas mais diversas frentes para transmitir a imagem de um novo Portugal, um Estado “Novo”, de um Salazar e de uma nação fortes. A dificuldade da propaganda estava em conciliar ideias conservadoras, autoritárias e retrógradas com a intenção do seu líder em vender a imagem de um Governo moderno e civilizatório. Eis o desafio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o texto tentamos deixar claro alguns pontos de vista. Dentre eles, destaca-se o cuidado na preparação de um evento, dos ordenamentos envolvidos, seus respectivos direcionamentos e de como são traçadas as orientações visando alcançar objetivos políticos do Estado Novo português. A *Exposição do Mundo Português* em 1940 não foi algo que se constituiu pela pluralidade cultural lusitana, ao contrário, o que se observou foi um fortalecimento dos chamados “mitos fundamentais”. A escolha destes buscou fortalecer o discurso propagandístico liderado por António Ferro e suas ações frente ao Secretariado de Propaganda Nacional (SPN).

A partir do Estado, o SPN organizou o evento de 1940 a partir de uma *Nota Oficiosa*, produzida por Salazar e que indicava em vários artigos a estrutura física, ideológica, bem quais deveriam ser os assuntos tratados nas exposições e demais atrações. Nesse sentido, coube ao intelectual Júlio Dantas a incumbência de coordenar a *Comissão dos Centenários*, sendo seu papel traduzir as intenções políticas do Estado Novo para uma linguagem de fácil apelo popular, utilizando como suporte a estrutura do SPN e a verba pública destinada para o evento.

A documentação acerca da organização da Exposição do Mundo Português revela como estados autoritários se preocupavam demasiadamente com a imagem pública do Governo. A *Nota Oficiosa* é um documento singular para se perceber como se operacionalizou a transformação da ideia em prática, tomando os devidos cuidados com a recepção das mensagens passadas ao público. Estabelecida uma hierarquia, Salazar é o responsável pela ideia e seus

direcionamentos políticos, estabelecendo metas, objetivos e públicos-alvo do discurso. Abaixo, António Ferro foi responsável por transformar o discurso político em prática propagandística, adaptando os interesses do Regime à linguagem popular, ao mesmo tempo que controlava e direcionava a opinião pública pró-governo.

Não por acaso vemos uma ligação estreita entre políticos e letrados tendo como consequência um refinamento da mensagem oficial transmitida. A propaganda oficial seguia critérios políticos delineados e possuía uma preocupação de fazer a imagem pretendida (evitada de um ideário carregado de nacionalismos, conservadorismos e autoritarismos) chegar sem ruídos não só à população, mas também às nações europeias, principalmente. Para elaboração de um discurso eficiente, no qual se buscava responder às críticas ao Regime e ao mesmo tempo insuflar o brio popular através de práticas ufanistas de convencimento, António Ferro e Júlio Dantas passaram a organizar os festejos com direcionamento e objetivos claros.

A escolha das efemérides escolhidas (1140 e 1640) não foram ao acaso, serviram como justificativa para o ano do evento, mas não somente. Existia a preocupação de que 1940 fosse visto como um marco histórico, como parte de um processo iniciado com a expulsão moura (vitória do catolicismo e fundação de Portugal como Estado), a retomada do território português durante a União Ibérica (Fortalecimento do Estado Moderno) e a consolidação do Estado Nacional forte, centralizado e hierárquico (algo possível graças à capacidade de liderança de Salazar).

Para alcançar os objetivos pretendidos, o discurso oficial tomou por base a valorização dos chamados “mitos fundamentais”, através de ações na Exposição que valorizassem visões tradicionais e conservadoras atribuídas ao *ser português*. Dentre os mitos analisados dois chamam mais atenção: o “mito imperial” e o “mito da essência católica da identidade nacional”. O primeiro operou como forma de justificar a colonização portuguesa em nações africanas e asiáticas. Convidado oficialmente por Salazar, a propaganda dedicou papel de destaque na Exposição do Mundo Português para a delegação brasileira, com intuito de usar o Brasil como um exemplo de sucesso da colonização portuguesa. Esse esforço baseava-se na concepção de que Portugal era imperialista por vocação histórica e seu papel era o de ajudar a levar o processo civilizatório até nações localizadas além da Europa.

Já a valorização do “mito da essência católica da identidade nacional” pelo discurso oficial, fortalecendo a aliança entre Estado e Igreja. Com isso, além da aliança com a mais tradicional e forte instituição religiosa de Portugal, Salazar passava a se confundir, por meio da propaganda, como um aliado de primeira hora das tradições e dos líderes do alto clero.

Por fim, é possível afirmar que a os ritos e a fase prévia da *Exposição do Mundo Português* revela redes de interligação entre discurso e prática, entre ideologia e propaganda. A documentação analisada aponta os caminhos utilizados por regimes autoritários na construção de suas imagens públicas bem como suas formas de atuação. Situações como essa apontam para os esforços empreendidos por Governos na transmissão de suas visões de mundo e funcionamento do Estado. Portanto, pensar a propaganda estatal autoritária sem o interesse político por trás é inconcebível. Regimes autoritários se preocuparam com o controle dos meios de divulgação e a construção de setor de propaganda oficial, tanto para a promoção de censuras intelectuais, artísticas e políticas, quanto para

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- JUDT, Tony. **Pós-Guerra**: uma história da Europa desde 1945. São Paulo: Objetiva, 2008.
- MAZOWER, Mark. **O império de Hitler**: a Europa sob o domínio nazista. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- NIETZSCHE, Friedrich. II Consideração Intempestiva sobre a utilidade e os inconvenientes da História para a vida. In: NIETZSCHE, Friedrich. **Escritos sobre história**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2005.
- PIMENTA, Fernando Tavares. A ideologia do Estado Novo, a guerra colonial e a descolonização em África. In: NUNES, João Paulo Avelãs; FREIRE, Américo (Org.). **Historiografias portuguesas e brasileiras no século XX**: olhares cruzados. Rio de Janeiro: FGV, 2013.
- PINTO, António Costa. O Estado Novo português e a vaga autoritária dos anos 1930 do século XX. In: MARTINHO, Francisco Carlos Palomares; PINTO, António Costa. **O corporativismo em português**: estado, política e sociedade no salazarismo e no varguismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- PORTUGAL. LISBOA. (Ed.). A ação da Câmara Municipal de Lisboa na Exposição do Mundo Português. **Revista Municipal**, Lisboa, dez. 1940. Trimestral. Disponível em: <http://hemerotecadigital.cmlisboa.pt/OBRAS/RevMunicipal/N6/N6_master/N6.pdf>. Acesso em: 24 ago. 2016.
- RAMOS DO Ó, Jorge. **Os anos de Ferro**: o dispositivo cultural durante a "Política do Espírito" 1933-1949. Lisboa: Editorial Estampa, 1999. (Coleção Histórias de Portugal).
- ROSAS, Fernando. O salazarismo e o homem novo: ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo. *Análise Social*, Lisboa, n. 157, p.1031-1054, fev. 2001. Disponível em: <<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/121872483603jXR0rk0Ob64EZ5.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2023.
- _____. O Salazarismo e o Homem Novo: Ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo nos anos 30 e 40. In.: TORRAL, Luís Reis; PAULO, Heloísa. **Estados Totalitários e suas representações**. Coimbra: Pombalina, 2008.
- SALAZAR, Oliveira. **Discursos**: (1929-1934). Coimbra: Coimbra Editora, 1961. 1 v.

COMO CITAR ESTE ARTIGO

Torquato, A. L. de O. (2023). A INVENÇÃO DA VELHA NAÇÃO CIVILIZADORA: PROPAGANDA, POLÍTICA E A “EXPOSIÇÃO DO MUNDO PORTUGUÊS” DE 1940. *HOLOS*, 5. Recuperado de <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/15130>

SOBRE O AUTOR

A.L.O.TORQUATO

Professor de História do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. Mestrado em História UFRN. Doutorado em História pela UFRGS. Membro do Grupo de Pesquisa Grupo de Pesquisa em Análise Ambiental, Modelagem e Geoinformação (PAMGEIA-IFRN), do CNPq.

E-mail: arthur.torquato@ifrn.edu.br

ORCID-ID: <https://orcid.org/0000-0003-3847-1230>

Editora: Francinaide de Lima Silva Nascimento



Submitted June 5, 2022
Accepted October 31, 2022
Published December 1, 2022